COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.023, DE 2011

Denomina Marcelino Chiarello a Rodovia BR-282, trecho de acesso a Chapecó.

Autor: Deputado PEDRO UCZAI

Relatora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Pedro Uczai tem como único escopo dar o nome de Marcelino Chiarello ao trecho da Rodovia BR-282 que dá acesso a Chapecó.

Segundo nos informa o autor, o homenageado, embora tenha nascido em Caxambu do Sul – SC, teve praticamente toda a sua vida social, profissional e política desenvolvida em Chapecó, onde faleceu em 28 de novembro de 2012. Marcelino Chiarello foi professor de Filosofia e História da rede pública estadual, e sempre lutou pela melhoria da educação pública, tanto no que se refere a salários de professores, quanto no que diz respeito à melhoria das condições pedagógicas e de infraestrutura nas unidades escolares da rede pública. Fez parte do movimento sindical e exerceu a função de Vereador no Município de Chapecó.

Ressalta o autor, que o homenageado focou a sua vida em valores humanistas – na ética, na justiça social e na defesa da vida. Lutou incansavelmente pela correta aplicação dos recursos públicos, tendo sido o seu trabalho reconhecido pela luta constante contra a corrupção e os desvios de finalidade.

A matéria é de competência conclusiva das Comissões (art. 24, II, RICD) e tramita sob o regime ordinário (art. 151, III, RICD). Foi distribuída para análise de mérito inicialmente à Comissão de Viação e Transportes, que a aprovou com substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Edinho

Bez, que adequou o texto da ementa e do art. 1º ao padrão adotado naquele Órgão Técnico.

Em seguida, a matéria foi encaminhada à Comissão de Cultura, também competente para a análise de mérito, onde foi feita, a pedido do autor, a apensação da Moção nº 95/2013 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que manifesta apoio à proposição, em conformidade com exigência da Súmula nº 1/2013 daquele colegiado. O PL nº 3.023, de 2011 foi então aprovado pela Comissão de Cultura, nos termos do parecer do relator, Deputado Onofre Santo Agostini, com substitutivo. Esta nova proposição altera ementa e art. 1º do projeto e inclui a referência à quilometragem no trecho da rodovia a ganhar a denominação.

Decorrido o prazo regimental nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a c/c* art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.023, de 2011 e dos substitutivos aprovados nas Comissões de Viação e Transporte e de Cultura.

Trata-se de matéria relativa ao transporte e à cultura. É competência da União sobre legislar privativamente sobre transporte (art. 22, XI, CF) e concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre cultura (art. 24, IX, CF). Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, disciplinar as matérias de competência da União (art. 48, CF). A iniciativa legislativa do parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

De outra parte, obedecidos os requisitos constitucionais formais, observa-se que as proposições não afrontam qualquer outro dispositivo constitucional material. São jurídicas, pois foram elaboradas em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que assevera:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.” (grifamos)

No tocante à técnica legislativa empregada, é preciso ressaltar que a redação original do projeto é pouco específica e deixa dúvidas quanto ao trecho da rodovia que irá receber a denominação de Marcelino Chiarello. O substitutivo da Comissão de Cultura aperfeiçoa a redação do projeto uma vez que especifica o início e o fim do trecho da rodovia a que se atribuirá a denominação.

No mais, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que as proposições foram redigidas em acordo com a orientação da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.023, de 2011, do substitutivo da Comissão de Viação e Transportes e do substitutivo da Comissão de Cultura.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
Relatora